



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021

(Do Sr. EDILÁZIO JÚNIOR)

Acrescenta o inc. X no § 1º do art. 11 e o § 16 do art. 11, ambos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para estabelecer a autodeclaração de cor como documento necessário ao pedido de registro de candidatura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o inc. X no § 1º do art. 11 e o § 16 do art. 11, ambos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), estabelecendo a autodeclaração de cor como documento indispensável ao pedido de registro de candidatura.

“Art. 11

X – autodeclaração de cor, assinada pelo candidato.

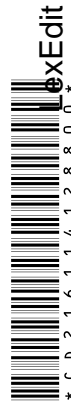
.....

§ 16 A autodeclaração de cor será assinada junto ao juízo competente para processar e julgar pedido de registro de candidatura e eventuais impugnações”.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, a normalidade e a legitimidade do pleito são regras constitucionais que buscam não apenas resguardar uma disputa eleitoral minimamente pautada na igualdade de chances dos competidores, mas também



CD216114128800
exEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

fomentar a necessária transparência e veracidade dos atos praticados no âmbito do pedido de registro de candidatura. É dizer: referidas regras tentam evitar condutas abusivas que buscam burlar as normas processuais, nos termos da regra explícita prevista no art. 14, § 9º, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual *“lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta”*.

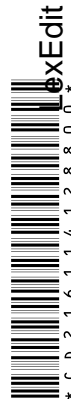
Para **José Jairo Gomes**, *“a legitimidade das eleições é princípio inscrito no artigo 14, § 9º, da Constituição Federal. Por igual, legítimos devem ser os mandatos delas resultantes. Legítimo é o que está de acordo com a verdade, com a ideia de justiça e com os valores predominantes, é o que observou o procedimento legal adrede traçado, enfim, é o que resulta da soberania popular”*¹.

Pois bem, no julgamento da ADPF nº 738/DF, o Plenário do Supremo Tribunal Federal referendou a liminar do Min. Ricardo Lewandowski, para estabelecer que recursos do Fundo Partidário, recursos do FEFC e o tempo de rádio/TV destinados às candidaturas de mulheres devem ser distribuídos de forma proporcional entre candidatas mulheres, negras e brancas.

Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021, estabeleceu no art. 2º que, *“para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro”*.

Portanto, conquanto salutaras políticas públicas de inclusão de candidaturas femininas e negras estejam sendo adotadas no nosso País, verifico que ainda podemos avançar mais, justamente para fortalecer a transparência e a veracidade das informações no âmbito do pedido de registro de candidatura, a evitar possíveis fraudes na apresentação de candidaturas negras.

¹ **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2016, p. 70.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com efeito, em se tratando de concurso público, a experiência vivenciada revela que candidatos brancos têm se apresentados como negros para participarem de vagas destinadas a cota racial, em evidente ato abusivo, caracterizando injustificável burla às políticas públicas de inclusão de negros em cargos no âmbito da Administração Pública².

Da mesma forma, no âmbito da Justiça Eleitoral, há casos de burla às candidaturas femininas, o que, à guisa de exemplificação, levou o Tribunal Superior Eleitoral a determinar “*a nulidade de todos os votos obtidos pela coligação Unidos por Imbé (PTB/PDT/Pros) nas Eleições de 2016, em razão do uso fraudulento de candidaturas femininas fictícias*”³.

Assim, a autodeclaração de cor não causa qualquer embaraço às candidaturas negras, mas busca exatamente evitar que candidatos brancos tentem fraudar a regra de incentivo de política pública de inclusão de candidatos negros.

Assim, peço o apoio dos nobres pares a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, de dezembro de 2021.

Dep. EDILÁZIO JÚNIOR
PSD/MA

2

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/09/17/jovem-acusada-na-internet-de-fraudar-cota-racial-em-concurso-da-pf-diz-que-fotos-foram-tiradas-por-banca-examinadora.ghtml>

3

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/tribunal-pune-coligacao-por-uso-fraudulento-de-candidaturas-femininas-no-pleito-de-2016-em-imbe-rs>

